

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 39.049 - SP (2019/0301859-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECLAMANTE : CHEMARAUTO VEICULOS LTDA
ADVOGADO : LAURO AVELLAR MACHADO FILHO - SP106986
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : RICARDO MARCELO BENEDICTO

DECISÃO

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por CHEMARAUTO VEICULOS LTDA., por meio da qual sustenta que a TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, por ocasião do julgamento de recurso inominado, divergiu da jurisprudência desta Corte "no sentido de impor ao fornecedor o direito/dever de sanar eventual vício no trintídio contado da data em que for acionado pelo consumidor" (e-STJ fl. 11).

É O BREVE RELATÓRIO. DECIDE-SE.

A Resolução STJ 12/2009, que previa o cabimento de reclamação para esta Corte com o fim de examinar divergência jurisprudencial entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e a jurisprudência do STJ, foi expressamente revogada pela Emenda Regimental 22, de 16/03/2016.

Ademais, na apreciação de questão de ordem suscitada no julgamento do AgRg na Rcl 18.506/SP, a Corte Especial aprovou a Resolução STJ n. 3/2016, a qual prevê que, a partir de 7 de abril de 2016, as Câmaras Reunidas ou a Seção Especializada dos Tribunais de Justiça passam a ser competentes para *"processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em*

Superior Tribunal de Justiça

enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes".

Desse modo, considerando que a presente reclamação foi protocolada quando já em vigor a Resolução STJ 3/2016, não mais subsiste a competência do STJ para sua apreciação.

Inclusive, a reclamante endereça a petição inicial ao "Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo"; e aponta a competência do TJ para processar e julgar a reclamação (e-STJ fl. 10), o que comprova o equívoco na distribuição do processo nesta Corte.

Forte nessas razões, determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, ao qual está vinculada a Turma Recursal, para os fins de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora